



Anais da Assembléia

N.º 89

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 30 DE AGOSTO DE 1.982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 78ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 1.982
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardo, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens.

MENSAGEM 109/82

Curitiba, 23 de agosto de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 04 de agosto de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de FRANCISCO ALVES e INDIANÓPOLIS, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 110/82

Curitiba, 23 de agosto de 1.982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de primeiros Termos Aditivos datados de 26 de julho de 1982, a convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana:

Município	data do conv. aditado
ALTÔNIA	11/02/82
INAJÁ	09/03/82
SANTA CECÍLIA DO PAVÃO	11/02/82

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 111/82

Curitiba, 23 de agosto de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio número 117/82, celebrado em 18 de maio de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a elaboração do "ESTUDO DA ELETRIFICAÇÃO RURAL POR INTERMÉDIO DE MICROUSINAS HIDRELÉTRICAS".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 112/82

Curitiba, 23 de agosto de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas do primeiro e segundo Termos Aditivos, datados, respectivamente, de 31 de março e 09 de julho de 1982, ao Convênio celebrado em 28 de novembro de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, o Ministério do Interior, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul, as Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A e o Município de GUAÍRA, objetivando a implantação do PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE GUAÍRA".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero

a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 113/82

Curitiba, 23 de agosto de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo (1º) datado de 26 de julho de 1982, ao Convênio celebrado em 11 de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná e o Município de JUSSARA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do funcionário e jornalista JOSÉ OSVALDO GARCIA REDONDO, ocorrido na manhã de ontem, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja estabelecida na ata dos trabalhos de hoje, a data de 02 de setembro de 1982, para entrega do Título de Cidadão Honorário ao Sr. GIL GOUVEIA MACIEIRA, Presidente da Caixa Econômica Federal, conforme projeto de lei aprovado por esta Casa de Leis, o qual transformado em Lei tomou o número 7635, de 26/8/82.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições e ouvido o Plenário da Casa, na forma regimental, vem, mui respeitosamente, REQUERER o envio de um apelo ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, Jaime Lerner, no sentido de conceder recursos financeiros para a compra de equipamento para o Corpo de Bombeiros, especificamente desta Capital.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

O apelo ao Sr. Prefeito Municipal, justifica-se pelo fato de que o Corpo de Bombeiros desta Capital estar necessitando urgentemente de recursos financeiros para a compra de equipamento de combate a incêndio e salvamento, com o objetivo específico de atender o Município de Curitiba.

Desnecessário se torna discorrer sobre o crescimento da Capital, ocorrido nos últimos anos, havendo muitos bairros que precisam ser atendidos em casos de sinistros ou de outras situações que requeiram a pronta ação dos Soldados do Fogo.

Com uma descentralização mais efetiva do Corpo de Bombeiros e instalação de mais postos, torna-se viável tal tipo de atendimento, já existente em muitos outros municípios do Estado e em outras Capitais do País, onde as prefeituras firmaram convênios com o Corpo de Bombeiros para reequipamento de material e instalações.

Desejo lembrar que esta prática para Curitiba foi por mim reivindicada quando ocupava assento na Câmara de Vereadores, tendo na ocasião o então Prefeito Saul Raiz, hoje candidato ao Governo do Estado, incluído recursos específicos no orçamento próprio do Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário Chefe da Casa Civil, solicitando informações sobre pagamentos efetuados pela Sub-Chefia de Comunicações Sociais a título de taxas de comissão e veiculação a agências de publicidade e que deverá constar os seguintes quesitos:

1. Quanto foi pago, a título de taxa de comissão e veiculação nos exercícios de 1981 e em 1982, mês a mês, até a presente data?
2. Individualizar as agências de publicidades e respectivo montante pago em cada exercício.
3. Discriminar as peças publicitárias uma a uma, e os respectivos custos das campanhas, as taxas de comissão e veiculação pagas nos exercícios de 1981 e 1982, até a presente data.
4. Quais os critérios adotados para contratação das agências de publicidade?
5. Qual a data em que foi publicado no Diário Oficial o Edital da Licitação para a contratação de tais serviços?
6. Qual o resultado do Processo Licitatório?
7. Quais os órgãos em que foram veiculadas tais campanhas?
8. Quanto foi pago a cada um destes órgãos em cada exercício?

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1982.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

Possuindo o Paraná mais de sessenta agências de publicidade, causa espécie e está a exigir sejam esclarecidas as denúncias feitas por inúmeras outras agências de publicidade de que o Poder Executivo sem realização do necessário processo licitatório viria contratando serviços e concentrando mais de oitenta por cento das verbas publicitárias na mesma agência de publicidade hoje responsável pela propaganda eleitoral do Partido do Governo, em detrimento das demais.

Exigindo a moralidade administrativa proibida na condução dos negócios públicos, precisa ser esclarecida a aplicação da verba de publicidade pelo Estado, pois procedente a denúncia, estaríamos diante de uma grande negociata com dinheiro público e verdadeira subvenção indireta da vultosa campanha eleitoral do partido do governo às custas do erário público.

Não tendo o que esconder o Governo, por certo nada há a rezear em dar resposta ao presente pedido de informações, pois no dizer do povo, "quem não deve não teme".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário do Interior, solicitando informações sobre pagamentos efetuados pela TELEPAR — Telecomunicações do Paraná S/A, SANEPAR — Companhia de Saneamento do Paraná e SUREHMA — Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente a título de taxas de comissão e veiculação a agências de publicidade e que deverá constar os seguintes quesitos:

1. Quanto foi pago a título de taxa de comissão e veiculação nos exercícios de 1981 e em 1982, mês a mês até a presente data?
2. Individualizar as agências de publicidades e respectivo montante pago em cada exercício.
3. Discriminar as peças orçamentárias uma a uma, e os respectivos custos das campanhas, as taxas de comissão e veiculação pagas nos exercícios de 1981 e 1982 até a presente data.
4. Quais os critérios adotados para contratação das agências de publicidade?
5. Quais os órgãos que foram veiculados tais campanhas?
6. Quanto foi pago a cada um destes órgãos em cada exercício?

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1982.

(a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Possuindo o Paraná mais de sessenta agências de publicidade, causa espécie e está a exigir sejam esclarecidas as denúncias feitas por inúmeras outras agências de publicidade de que aquelas empresas — sem realização do necessário processo licitatório — viria contratando serviços e concentrando mais de oitenta por cento das verbas publicitárias na mesma agência de publicidade, hoje responsável pela propaganda eleitoral do partido do governo, em detrimento das demais.

Exigindo a moralidade administrativa proibida na condução dos negócios públicos, precisa ser esclarecida a aplicação da verba de publicidade pelo Estado, pois procedente a denúncia, estaríamos diante de uma grande negociação com dinheiro público e verdadeira subvenção indireta da vultosa campanha eleitoral do partido do governo às custas do erário público.

Não tendo o que esconder, o Governo, por certo nada há a rezear em dar resposta ao presente pedido de informações, pois no dizer do povo, "quem não deve, não teme".

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 110/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Na composição da Diretoria-Executiva do Banco do Estado do Paraná S/A, a metade dos cargos será preenchido por funcionários de comprovada experiência bancária e de carreira do próprio conglomerado financeiro, observado o que dispõe o Art. 2.º desta Lei.

§ 1.º — A mesma proporção para o preenchimento de cargos será mantida na composição das diretorias-executivas

das empresas em que o Banco do Estado do Paraná S/A detenha direta ou indiretamente o controle acionário, sediadas no País ou no Exterior;

§ 2.º — Nas empresas em que o Banco do Estado do Paraná S/A for acionista com participação proporcional nas respectivas diretorias, essa participação se fará consoante este artigo.

Art. 2.º — Quando o número de cargos a serem preenchidos for ímpar, a proporção de que trata o Art. 1.º desta lei, será feita tomando-se por base o número par imediatamente superior, ainda que disso resulte participação maior.

Art. 3.º — Os conselhos de administração do Banco e das empresas coligadas, respectivamente, procederão às alterações estatutárias devidas, adequando-se às disposições da presente lei.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1.982.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

01. O BANESTADO tem mais de meio século de existência, tempo suficiente para se afirmar, tanto no Estado quanto fora dele, como estabelecimento de crédito de primeira grandeza, e atuação excepcional em todos os campos da economia.

Há pouco mais de 10 anos, sentindo necessidade de diversificar sua atuação, de modo a atingir todos os segmentos do sistema financeiro nacional, o BANESTADO passou a estruturar pacientemente o seu conglomerado de empresas, cuidando de adequar-se às faixas próprias do mercado.

03. Para essa estruturação, contou o Banco com o concurso de técnicos próprios, isto é, retirados dos próprios quadros de pessoal ou preparando cuidadosamente elementos novos e de carreira, que se tenham destacado nas atividades bancárias.

04. O inegável sucesso do Conglomerado BANESTADO se deve, antes de tudo, ao seu próprio quadro efetivo de técnicos administradores e homens de relações públicas.

05. É justo, pois, diante da eficiência demonstrada pelo funcionalismo do Conglomerado BANESTADO, que o Governo se proponha a deles dispor também para tarefas de maior evidência administrativa, representada por efetivos cargos de direção nas respectivas empresas.

06. Os quadros de pessoal do Conglomerado BANESTADO, contam com elementos de elevado gabarito e notório conhecimento em todos os setores da atividade econômica atual, tais como engenharia, medicina, agronomia, finanças, informática, computação eletrônica, economia, administração, ciências contábeis, psicologia, sociologia e outros ramos das ciências sociais, além de políticos e líderes comunitários atuantes.

07. Dentre as especialidades citadas, figuram não só técnicos de desempenho puramente profissional, mas também professores universitários de reconhecida capacidade, com atuação em escolas de nível superior, tanto da Capital quanto do Interior do Estado.

08. Com mais de 7.000 empregados, o Conglomerado BANESTADO se constitui em verdadeiro celeiro de técnicos e administradores gabaritados e de elevada disciplina profissional, capazes de movimentar qualquer setor da Administração estadual, mercê de sua habilidade, dedicação, zelo e eficiência.

09. Esta lei representa o legítimo e mais antigo anseio do funcionalismo do Conglomerado BANESTADO, que sempre esteve à margem da administração das empresas que servem com admirável dedicação. A participação de funcionários na gestão das respectivas empresas se constitui em elo obrigatório e importante entre a direção e o quadro funcional, institucionalizando o diálogo e estabelecendo um canal através do qual tramitam e se resolvem problemas de ordem interna e funcional.

Por ser legítima, justa e absolutamente necessária, assumi a iniciativa do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Quando no início do Governo de Hosken de Novaes, nós — Deputados da Oposição — alentamos esperanças de que a comprovada conduta deste senhor, em sua vida, viria trazer modificações no trato das coisas públicas do Paraná.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, profundamente decepcionado e profundamente arrependido de termos somado aos Deputados que deram seu voto de confiança ao Governo de Hosken de Novaes, vimos de público retirar este nosso voto de confiança, porque acreditamos que pode o Governador Hosken de Novaes ser homem íntegro. No entanto, para manter esta sua integridade, faz falta que venha de público e diga ao Paraná o que de fato está acontecendo com os erários públicos, eis que inúmeros apelos feitos não por nós — Deputados da Oposição —, mas pela classe dos servidores públicos, encontraram a insensibilidade que encontraram no Governo de Ney Braga.

No entanto, com a pequena diferença de que esta insensibilidade estava revestida, fantasiada, de um apelo de voto de confiança. Ora, voto de confiança já fora dado, tanto pela classe dos trabalhadores, como pela própria Oposição. Porém, de voto de confiança ninguém pode viver; simplesmente com voto de confiança um Governo não pode governar.

É preciso que o Governador Hosken de Novaes venha de público e diga o que de fato está acontecendo com o nosso Estado do Paraná. Venha de público e afirme, para manter a sua integridade de homem puro, de homem honesto, de homem íntegro, e diga que deixaram o Paraná falido. Venha de público e responda os requerimentos que aqui estão sendo rejeitados pela bancada do PDS pedindo informações quanto aos gastos exagerados da Secretaria de Comunicação, pedindo informações sobre os gastos que estão sendo feitos como se o erário público, se o dinheiro público fosse dinheiro de um partido.

É preciso que ele venha primeiro a dizer, esclarecer este fato, venha responder ao Paraná o que de fato está acontecendo, para podermos continuar a prestar o voto de confiança que tão gratuitamente a nossa bancada ofereceu a este Governador.

Por isto, quero somar-me à carta do nosso companheiro, Deputado Federal Álvaro Dias, no jornal "O Paraná", cujo teor é o seguinte:

"Excelentíssimo Senhor
Doutor JOSÉ HOSKEN DE NOVAES
M.D. Governador do Estado
Palácio Iguaçu
CURITIBA — Paraná

Senhor Governador HOSKEN DE NOVAES:

Melhor amparado pelas informações, Vossa Excelência tem condições de julgar as reais possibilidades do Erário para atender às reivindicações dos funcionários públicos que lutam, hoje, contra a inexorável corrosão de salários e que estão profundamente frustrados pela negativa do Governo do Estado de conceder-lhes o justo reajuste salarial.

Essa decepção é mais que compreensível. O Governo Ney Braga prometeu, solenemente, antecipar-lhes o reajuste salarial para agosto, a fim de repor a perda do poder aquisitivo causada pela inflação. Não é o que se verificou. O aumento anunciado passou para setembro, quebrando-se assim uma decisão do Governo. Ao invés da reposição do valor salarial — que seria da ordem mínima de 45 por cento — os servidores receberam menos da metade da perda que sofreram.

O amargor por que passam os integrantes dessa classe, não é novo. Apesar das repetidas e demagógicas afirmações do Sr.

Ney Braga de que é sensível aos problemas do funcionalismo, o que se deve registrar e não esquecer é o fato de que, sistematicamente, continuam perdendo o seu poder de aquisição. Em 1981, para um aumento de custo de vida de 104 por cento, os servidores, em sua grande maioria, receberam acréscimos salariais que oscilam ao redor de 80 por cento.

Se não fossem suficientes esses argumentos, impõe-se um outro muito sério e sintomático, que desperta indagações irrespondíveis. O Governo vem aumentando, significativamente, seus gastos com pessoal. Em 1981, foram gastos mais de 126 por cento do que em 1980. Em 1982, justificando a negativa em atender às reivindicações do funcionalismo, o Executivo previa gastar 87,5 bilhões de cruzeiros com seus funcionários, ou seja, 115 por cento a mais do que no ano anterior. Houve portanto uma sensível e não explicada expansão de gastos com pessoal. Vale, pois, a pergunta: Quais as categorias funcionais que receberam os aumentos dessa ordem? Seriam os professores? Certamente, não. Os policiais militares? Certamente, não. Os profissionais liberais? Certamente não. Os funcionários mais humildes? Certamente, não.

As indagações não podem cessar aqui. Devem ir mais longe. Como se pode pedir compreensão e sacrifício aos servidores, quando é tão visível e pródigo o uso que se fez da máquina pública para fins eleitorais?

Como Vossa Excelência não foi partícipe desse perfil, mas ao revés, temos a certeza de que é estranho a esse estilo de governar, julgamos nosso dever enunciar fatos que estão ocorrendo no âmbito da Administração Estadual e que conflitam com os altos padrões éticos que devem ser preservados no trato da coisa pública.

Assim, Senhor Governador, é imperioso — em satisfação ao sacrifício que se está pedindo aos servidores públicos — que Vossa Excelência:

- mande apurar quanto o Governo do Estado gastou e vem gastando este ano em diárias, passagens, combustíveis, envio de correspondência, aluguel de veículos em comparação com anos anteriores. É importante saber não apenas o montante de tais encargos, mas — talvez principalmente — para que tais despesas vêm sendo realizadas;

- mande verificar a existência de funcionários pagos pelos contribuintes colaborando em atividades políticas de candidatos do PDS. Melhor ainda, se Vossa Excelência quiser comprovar pessoalmente, faça visitas de surpresa a comitês desse partido e comprová — como é de notoriedade pública — como e onde se esvaem os dinheiros de cada um de nós;

- mande verificar e cessar a constrangedora situação por que passam inúmeros funcionários públicos, que estão sendo virtualmente obrigados a executar tarefas estranhas ao exercício normal de suas funções, "convidados" a colar decalques de candidatos em seus automóveis e a participar de atos eleitorais;

- mande apurar as responsabilidades pela situação, já amplamente denunciada pela imprensa paranaense, de favorecimento por parte de algumas Secretarias e organismos estatais a candidatos "da casa", prática que contraria a ética e cria situações iníquas para outros candidatos.

No instante em que o sentimento político paranaense se sensibiliza com a certeza de decisões democráticas a 15 de novembro, estamos seguros, — Senhor Governador — que Vossa Excelência será sensível às colocações feitas pelo PMDB no sentido de poupar os funcionários públicos do Paraná, dando-lhes o mínimo necessário para compensar a permanente perda provocada pela inflação.

Da mesma forma, acreditamos que Vossa Excelência mandará apurar os fatos que enunciamos nesta carta aberta. É com esta convicção que nos dirigimos ao eminente Senhor Chefe do Poder Executivo paranaense, com o respeito que lhe devemos, e preocupados em manter coerência com as posições políticas que vimos assumindo em nossa vida pública.

Respeitosas saudações

(a) ÁLVARO DIAS
Deputado Federal"

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não nos interessa manter polêmicas estéreis e entrar no jogo daqueles que querem se promover politicamente, falando em verdade.

Todavia, Sr. Presidente, não podemos deixar transitar em julgado as afirmações feitas da tribuna agora nesse instante pelo nobre Deputado Gernote Kirinus, quando ele diz que o Governador Hosken de Novaes deve cobrar daqueles que deixaram o Paraná falido. Nada mais mentiroso, nada mais calunioso do que essas afirmações, Sr. Presidente.

Se o nobre Deputado quer se promover, que o faça de outra maneira. Jamais tripudiando sobre aqueles, que governaram com honestidade e com decência e, acima de tudo, com moralidade.

Todos nós entendemos e ele também o entende, porque é uma pessoa culta, preparada. Entende que nós estamos vivendo em toda a Nação, em todo o mundo, numa recessão econômica. Que os negócios diminuíram, que as exportações paranaenses caíram em mais de 50 por cento. Que a safra norte-americana de grãos foi excepcional. Que a nossa soja está parada, não houve embarque. Que o café parado, sem embarque . . .

Sr. Presidente, me assegure a palavra, porque enquanto ele estava falando, eu o ouvi com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — ... competência, não demagogia. Quer fazer demagogia, se promover. Mas não resiste a um debate sério sobre a matéria. O por quê que caiu a arrecadação do Estado. Ele sabe perfeitamente, no seu íntimo, 'as é demagogo. Quer agradar. Por isso mente, calunia. Não vem para um debate. Venha para o debate.

O por quê da queda da arrecadação do Estado. Ele sabe perfeitamente. Mas é muito mais fácil chegar e mentir, caluniar, denegrir, deturpar os fatos do que falar aquilo que exprime a verdade.

Estamos numa campanha eleitoral, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados. Devemos ter respeito para com os adversários. É o que temos com o Partido do nobre Deputado Gernote Kirinus.

Um partido que está com os seus candidatos nas ruas lutando pelo voto do povo paranaense, que é um direito legítimo.

Respeitamos os nossos adversários. É o povo quem vai decidir a 15 de novembro, quem mente. É o povo que vai decidir a 15 de novembro, quem é bom. É o povo quem vai decidir, em 15 de novembro, separando os demagogos dos democratas, dos homens que realmente querem o bem deste Estado e o bem desta Nação.

Então, não adianta agressões verbais. Absolutamente, não é esse o caminho que se escolhe para a democracia. A democracia tantas e tantas vezes reclamada pelos homens do PMDB e concedida pelo Presidente João Figueiredo. Por etapas, é verdade, mas está aí o processo democrático em curso, e que ninguém haverá de deter.

Eram esses esclarecimentos que eu queria prestar à Casa, para que não transitem julgado a calúnia, a mentira e a demagogia.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Não havendo mais oradores inscritos nem para o Pequeno e nem para o Grande Expediente, a Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Tendo declinado, consulta à Liderança do PTB.
Ausente, consulta a Liderança do PDS. (Declina).
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 51/82, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que altera a Lei 6639/74, e dá as providências que especifica (Contribuições do Parlamentar para o Fundo de Previdência do Parlamentar - FEPPA). Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 37/82, de autoria do Poder Executivo (Mens. n.º 41/82), que acresce parágrafos ao art. 2.º da Lei 7041, que dispõe sobre a fixação do efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná. Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 67/82, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública o "COMITÊ DOS COMPANHEIROS DAS AMÉRICAS — PARANÁ — OHIO", com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 69/82, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, que declara de utilidade pública o "ROTARY CLUBE DE MANDAGUARI", com sede e foro na cidade de Mandaguari. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 70/82, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE MARINGÁ — ADEAM", com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 94/82, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 96/82), que dá nova redação e acresce novo parágrafo ao Art. 55 da Lei 6417, de 03 de julho de 1973, alterada pela Lei 7434, de 29 de dezembro de 1980 (Lei 7434, Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado do Paraná). EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 95/82, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 97/82), que altera os percentuais de gratificação de Função Policial Militar, conforme especifica. (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado do Paraná, Lei 7434). EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 18/82, (Mensagem 15/82, ex-Proposição 18/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo Aditivo

ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Paranapoema, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 18/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 11 de novembro de 1981, ao convênio celebrado em 22 de junho do mesmo ano, entre o Estado do Paraná e o Município de PARANAPOEMA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
NELTON FRIEDRICH — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição n.º 18/82

Oriunda de Mensagem Governamental a presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Casa a Convênio celebrado entre o Governo do Estado e Município que enumera, com interveniência de órgãos e fins que especifica.

Nos termos constitucionais e legais, a competência para a celebração de Convênios com a União, Estados e Municípios é privativa do Chefe do Poder Executivo, "ad referendum" deste Poder Legislativo. (Art. 47 - inciso IX da Constituição Estadual).

Analisando-se o Convênio celebrado temos que o mesmo atende aos interesses do Estado, razão pela qual o nosso parecer é favorável a sua ratificação, de acordo com o Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
NELTON FRIEDRICH — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 19/82, (Mensagem n.º 16/82 - ex-Proposição n.º 19/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio firmado entre o Estado do Paraná e o Município de Presidente Castelo Branco, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 19/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o termo aditivo datado de 30 de novembro de 1981, ao Convênio celebrado em 22 de junho do mesmo ano, entre o Estado do Paraná e o Município de PRESIDENTE CASTELO BRANCO, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
NELTON FRIEDRICH — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição n.º 19/82

Oriunda de Mensagem Governamental a presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Casa a Convênio celebrado entre o Governo do Estado e Município que enumera, com interveniência de órgãos e fins que especifica.

Nos termos constitucionais e legais, a competência para a celebração de Convênios com a União, Estados e Municípios

é privativa do Chefe do Poder Executivo, "ad referendum" deste Poder Legislativo. (art. 47 - inciso IX da Constituição Estadual).

Analisando-se o Convênio celebrado temos que o mesmo atende aos interesses do Estado, razão pela qual o nosso parecer é favorável a sua ratificação, de acordo com o Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
NELTON FRIEDRICH — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 20/82 (Mensagem n.º 20/82 - ex-Proposição n.º 17/82, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo aditivo ao convênio firmado entre o Estado do Paraná e o Município de AMAPORÃ, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 20/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E .

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 27 de novembro de 1981, ao convênio celebrado em 22 de junho do mesmo ano, entre o Estado do Paraná e o Município de AMAPORÃ, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
NELTON FRIEDRICH — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição n.º 20/82

Oriunda de Mensagem Governamental a presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Casa a Convênio celebrado entre o Governo do Estado e Município que enumera, com interveniência de órgãos e fins que especifica.

Nos termos constitucionais e legais, a competência para a celebração de Convênios com a União, Estados e Municípios é privativa do Chefe do Poder Executivo, "ad referendum" deste Poder Legislativo. (Art. 47 - inciso IX da Constituição Estadual).

Analisando-se o Convênio celebrado temos que o mesmo atende aos interesses do Estado, razão pela qual o nosso parecer é favorável a sua ratificação, de acordo com o Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
NELTON FRIEDRICH — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 21/82, (Mensagem n.º 18/82 - ex-Proposição n.º 21/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o terceiro Termo Aditivo ao Convênio EBTU-008/80 firmado entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, com a interveniência de órgãos que especifica, visando a execução do "Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis". — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 21/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o terceiro Termo Aditivo datado de 22 de dezembro de 1981, ao Convênio EBTU-008/80

celebrado em 14 de fevereiro de 1980, entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, com a interveniência da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba e da Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando conjugação de esforços dos Governos da União, do Estado e dos Municípios, para a execução do "Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis".

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

NELTON FRIEDRICH — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição n.º 21/82

Oriunda de Mensagem Governamental a presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Casa a Convênio celebrado entre o Governo do Estado e Município que numera, com interveniência de órgãos e fins que especifica.

Nos termos constitucionais e legais, a competência para a celebração de Convênios com a União, Estados e Municípios é privativa do Chefe do Poder Executivo, "ad referendum" deste Poder Legislativo. (Art. 47 - inciso IX da Constituição Estadual).

Analisando-se o Convênio celebrado temos que o mesmo atende aos interesses do Estado, razão pela qual o nosso parecer é favorável a sua ratificação, de acordo com o Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

NELTON FRIEDRICH — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 55/82, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que fixa os subsídios e a verba de representação do Governador e Vice-Governador, com vigência a partir de 15 de março de 1983. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 61, de 17/06/82).

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 61/82, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, (Ex-Proposição n.º 42/82), que aprova as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, (CABENFALE), referente ao exercício de 1981. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 61/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Artigo único — São aprovadas as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários deste Poder, apresentado — Departamento de Finanças, referente ao exercício financeiro de 1981.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1982.

(aa) ANTÔNIO FACCI — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Parecer à Proposição n.º 42/82

A presente Proposição, originária do ofício n.º 0004/82, da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (CABENFALE), encaminha prestação de contas da verba de Assistência Social, correspondente ao exercício de 1981, repassada pelo Poder Legislativo à CABENFALE.

O demonstrativo da prestação de contas diz bem do empenho, proporcionando satisfatória assistência aos associados

e Deputados.

Isto exposto, nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1982.

(aa) ADALBERTO DAROS — Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Osvaldo de Garcia Redondo, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente solicitando seja estabelecida na ata dos trabalhos de hoje a data de 02 de setembro para entrega de Título de Cidadão Honorário ao Sr. Gil Gouvêa Macieira, Presidente da Caixa Econômica Federal. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário do Desenvolvimento dos Municípios, pedindo informações sobre despesas efetuadas por aquela Secretaria com contratos de arrendamento mercantil. — Em votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos instantes, quando pedíamos explicações ao Governador Hosken de Novaes sobre a real situação — porque somos paranaenses e merecemos esta explicação — fomos tachados de demagogos e mentirosos. Agora, estamos diante de um simples pedido de informação. Um pedido de informação que já, na sessão passada, de autoria do nobre Deputado Renato Bueno, foi reprovado. Um pedido de informação que quer saber sobre despesas efetuadas por uma Secretaria de Estado.

No entanto, já denotamos a movimentação da Bancada do PDS em se predispor a votar contra, ou simplesmente não dar "quorum" para aprovação desse requerimento.

Eu pergunto: quem é o mentiroso? Aquele que tem medo de vir a público e dizer a verdade, de responder às perguntas do povo do Paraná, ou aquele que vai de peito aberto na tribuna, e diz aquilo que pensa?

Fica esta pergunta em aberto e a pecha a quem quiser assumí-la.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Em votação. Aqueles que aprovam, queriam se conservar como estão. — **Aprovado.**

O SR. PALÁCIOS — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Cinco Srs. Deputados aprovam, nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 31, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 37, 67, 69, 70, 94 e 95/82.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.os 18, 19, 20, 21, 55 e 61/82.

Levanta-se a Sessão.

Atos das Comissões.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS NONA LEGISLATURA — QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

Aos quatorze dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta e dois, com as presenças dos Senhores Deputados Wilson Fortes, Nelson Buffara, Fabiano Braga Côrtes, Jurandir Messias e João Elísio, reuniu-se a Comissão de Recursos Humanos, destinada a proceder a instalação da Comissão na atual Sessão Legislativa e à eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente. Na forma regimental, assumiu os trabalhos o Senhor Deputado Wilson Fortes. A reunião foi realizada na Sala de Reuniões das Comissões, após a Sessão Plenária. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e deixou livre a palavra para as indicações aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da Comissão. A seguir, o Senhor Depu-

tado Fabiano Braga Côrtes indicou os nomes dos Senhores Deputados Jurandir Messias e Nestor Baptista para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Na sequência a palavra foi deixada livre para novas proposições. Como ninguém se pronunciou, o Senhor Presidente colocou em votação a proposição, a qual foi aprovada por unanimidade. Diante disto, o Senhor Deputado Jurandir Messias foi convidado a tomar o seu lugar na Presidência dos trabalhos, após o que agradeceu o apoio dos nobres Pares e as manifestações de apreço. Finalizando, disse esperar retribuir a altura e colocou a Comissão à disposição de todos os Senhores Membros do Poder Legislativo. A seguir, o funcionário João Alberto Andretta foi escolhido para responder pela Secretaria da Comissão, sem prejuízo das demais atividades, após o que, foi suspensa a Sessão para a lavratura da Ata da reunião. Reaberta a reunião, foi lida a Ata, sendo, a seguir, aprovada. Uma vez assinada pelos presentes, o Senhor Presidente deixou a palavra livre para quem quisesse fazer uso. Como ninguém se pronunciou, foi encerrada a reunião.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1982.

(aa) JURANDIR MESSIAS — Presidente

João Alberti Andretta — Secretário